



SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
Divisão Técnica de Licitações  
Seção Técnica de Compras

## **Aviso de Dispensa Eletrônica**

Guarulhos, 11 de novembro de 2025.

**Nº 97074/2025-SFIL**

**COMPRASGOV - 783/2025**

**CONTRATANTE (UASG)**  
**MUNICÍPIO DE GUARULHOS (986477)**

### **OBJETO**

**Seguro veicular para 06 (seis) veículos oficiais da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor**

### **VALOR MÉDIO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 19.176,04**

### **PERÍODO DE PROPOSTAS**

**De 12/11/2025 às 8h**

**Até 17/11/2025 às 8h**

## PERÍODO DE LANCES

De 17/11/2025 às 8h  
Até 17/11/2025 às 14h

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO – AMPLA DISPUTA

## PREFEITURA DE GUARULHOS

### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 97074/2025-SFIL Processo n.º 1109.2025/0000175-2

Torna-se público que a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, por meio do Departamento de Licitações – Subsecretaria de Licitações e Contratos da Fazenda, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 Prestação de serviços, por dispensa de licitação de Seguro veicular para 06 (seis) veículos oficiais da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, conforme disposição abaixo:

GRUPO ÚNICO				
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSERV

01	01	Un	Contratação de Seguro do veículo FORD/F250 XLT W21, ano/modelo 2010/2011 - Conforme Termo de Referência PLACA- DMN 4168 / CHASSI 9BFHW21C0BB078362.	22764
02	01	Un	Contratação de Seguro do veículo RENAULT/KWID ZEN 10MT, ano/modelo 2021/2022 - Conforme Termo de Referência PLACA- FTQ 8B25 / CHASSI 93YRBB007NJ008580.	22764
03	01	Un	Contratação de Seguro do veículo RENAULT/KWID ZEN 2, ano/modelo 2025/2026- Conforme Termo de Referência PLACA - TKD6D93 / CHASSI 93YRBB000TJ231718.	22764
04	01	Un	Contratação de Seguro do veículo RENAULT/KWID ZEN 2, ano/modelo 2025/2026- Conforme Termo de Referência PLACA- TKE5G54 / CHASSI 93YRBB000TJ231721.	22764
05	01	Un	Contratação de Seguro do veículo RENAULT/KWID ZEN 2, ano/modelo 2025/2026- Conforme Termo de Referência PLACA- TJH0G05 / CHASSI 93YRBB001TJ230934.	22764
06	01	Un	Contratação de Seguro do veículo RENAULT/MASTER FUR L3H2, ano/modelo 2019/2020- Conforme Termo de Referência PLACA- GAY2J68 / CHASSI 93YMAF4XELJ064263.	22764

**PRAZO DE ENTREGA DA APÓLICE:** até 15 (quinze) dias, contados a partir do dia subsequente à assinatura do contrato.

**LOCAL DE ENTREGA DA APÓLICE:** a via física da apólice deverá ser entregue na Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, localizada na Rua Sete de Setembro, 164 – Centro – Guarulhos / SP – CEP 07011-020 - Tel: (11) 2087-7620 - ramal 7631, se via virtual no e-mail: fernandaaraujo@guarulhos.sp.gov.br, aos cuidados de Fernanda Gonçalves, no horário das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira., correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, contados do início da vigência da apólice, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 107 da Lei Federal 14.133/21.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 3410.1412200471.046.01.1100000.339039.0000

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** constam da minuta de Contrato anexa a este Aviso de Contratação Direta.

**1.2** Havendo mais de item ou grupo faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um grupo, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências quanto às especificações do objeto, sendo o menor preço por grupo.

## 2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

**2.1** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e seguirá todas as regras/diretrizes de disputa do sistema. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

**2.2** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.3** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- a )** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- b)** que não se enquadrem como ME/EPP/Equiparadas, quando houver a indicação de exclusividade para tal na página inicial deste Aviso;
- c)** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d)** que se enquadrem nas seguintes vedações:

- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a

utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

- e) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- f) sociedades cooperativas.

**2.4** Ao cadastrar sua proposta para esta dispensa de licitação, a proponente **DECLARA** que:

- a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação no presente certame ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.
- b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste aviso de dispensa;
- d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.
- e) DECLARA, ainda, que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto, bem como pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, quando aplicável.

### **3 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA, CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL, FASE DE LANCES E JULGAMENTO**

**3.1** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta, obrigatoriamente com o valor ou desconto (mensal, unitário, anual, total do item, grupo ou global, etc., conforme definido no item 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA); Marca/Fabricante (podendo ser registrada marca própria), e, no caso de medicamentos, materiais médicos hospitalares, odontológicos e outros, Registro no Ministério da Saúde (RMS), para cada produto ofertado.

**3.1.1** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada, bem como nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços/fornecimento e serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear

qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.3** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.4** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**a)** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**b)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**c)** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**d)** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**e)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

**f)** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**3.5** A partir do horário e a data estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso. As regras são aquelas automáticas do sistema, sendo de responsabilidade do proponente tomar conhecimento previamente do funcionamento do sistema ComprasGOV.

Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**3.5.1** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**3.6** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação. A análise de conformidade do objeto será feita pela unidade requisitante.

**3.7** Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance (conforme modelo anexo ou formulário próprio), os documentos de habilitação e, se necessário, de documentos complementares, conforme **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA**

## HABILITAÇÃO.

**3.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da fase de lances.

**3.8** Será desclassificada a proposta vencedora que: contiver vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**3.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**3.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

## 4 CONTRATAÇÃO

**4.1** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmada a Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço, para os casos de entrega/execução imediata (aquelas com prazo até 30 (trinta) dias da assinatura do ajuste), ou Contrato de Fornecimento ou de Prestação de Serviços, para os demais casos, conforme minuta anexa.

**4.2 Deve o Fornecedor adjudicatário providenciar, previamente, o cadastro como Usuário Externo no sistema SEI da Prefeitura de Guarulhos, em nome da empresa, para realizar a assinatura do instrumento contratual pertinente e Termo de Ciência e de Notificação, quando convocado. As informações e manual para cadastro e utilização estão disponíveis em <https://www.guarulhos.sp.gov.br/portalsei> e <https://www.guarulhos.sp.gov.br/conteudo-de-apoio>.**

**4.3** O adjudicatário terá o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação**, para assinar a Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço ou Contrato, conforme o caso, e o Termo de Ciência e de Notificação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**4.3.1** As assinaturas se darão por meio de acesso ao Portal SEI:

- a) Por meio de acesso vinculado a usuário e senha previamente cadastrados;
- b) O cadastro como usuário externo no SEI é personalíssimo, ou seja, sua operação é sob a responsabilidade da pessoa física que opera o sistema, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais poderão ser passíveis de apuração civil, penal e administrativa.
- c) Quando a unidade responsável pelo processo realizar a disponibilização do(s) documento(s) para assinatura, o usuário externo receberá um e-mail de notificação e, na tela de Controle de Processos Externos, poderá assinar os documentos seguindo os passos descritos no manual do usuário disponível em

**4.3.2** O prazo previsto para assinatura do contrato ou da Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**4.4** A assinatura da Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que: a referida Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021; a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos; a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**4.5** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **5 SANÇÕES**

**5.1** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**5.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**5.1.2** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

**5.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**5.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**5.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**5.1.2.4** deixar de apresentar amostra, se exigida;

**5.1.2.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**5.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**5.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar a Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço no prazo estabelecido pela Administração;

**5.1.4** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

**5.1.5** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica;

**5.1.6** fraudar a dispensa eletrônica;

**5.1.7** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**5.1.7.1** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**5.1.7.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**5.1.7.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**5.1.8** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**5.1.9** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

**5.2** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b)** Multa;

**c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Guarulhos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 5.1.5, 5.1.6, 5.1.7, 5.1.8 e 5.1.9, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**5.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**5.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**5.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**5.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**5.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**5.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação licitada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**5.4.1** Para as infrações previstas nos itens 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor da contratação licitada.

**5.4.2** Para as infrações previstas nos itens 5.1.5, 5.1.6, 5.1.7, 5.1.8 e 5.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor da contratação licitada.

**5.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**5.6** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**5.7** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**5.8** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido nos termos do Decreto Municipal que regulamenta as aplicações de penalidade.

**5.9** Recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**5.10** As sanções referentes à execução contratual constam na minuta de Contrato e/ou Autorização de Fornecimento/Execução de Serviço anexa a este Aviso de Contratação Direta.

## **6 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**6.1** O procedimento será divulgado no ComprasGOV e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**6.2** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), ou se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto), para Dispensa exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, a Administração:

**6.2.1** republicará o presente aviso com uma nova data, com abertura para ampla disputa;

**6.2.2** No caso de na nova abertura para ampla disputa o procedimento for novamente fracassado ou deserto, a Administração poderá:

**6.2.2.1** valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**6.2.2.1.1** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento eletrônico.

**6.3** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação, sendo este de, no mínimo, 2 (duas) horas e de acordo com a situação concreta, com a devida razoabilidade.

**6.4** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus

decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**6.5** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**6.6** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.7** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**6.8** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**6.9** O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

**6.10** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**6.11** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

**6.12** É facultada à Administração em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**6.13** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**6.14** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**6.15** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**6.15.1** ANEXO I – Documentação exigida para habilitação

**6.15.2** ANEXO II – Modelo de Proposta

---

**GLAUCO LUIZ SILVA**

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Subsecretário

## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**d)** Pesquisa de Impedimento de Contratos / Licitações no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP;

Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado **(a)** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e **(b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Havendo mais de um item/grupo na presente dispensa, o fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

## **1 Habilitação jurídica:**

**1.1** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**1.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**1.4** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**1.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**1.6** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**2.1** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**2.2** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**2.3** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**2.4** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**2.5** prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**2.6** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **3 Qualificação Econômico-Financeira:**

**3.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

## **4 Qualificação Técnica**

**4.1** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**4.1.1** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

## **ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**

**PROPOSTA COMERCIAL**  
**DISPENSA Nº 97074/2025-SFIL – PROCESSO Nº 1109.2025/0000175-2**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Fone/Fax/Cel:**

**E-mail:**

<b>Item</b>	<b>Quant.</b>	<b>Unid.</b>	<b>Descrição do(s) produto(s) / Serviço(s)</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01			Descrição Marca/Modelo:	R\$	R\$
02			Descrição Marca/Modelo:	R\$	R\$
03			Descrição Marca/Modelo:	R\$	R\$
04			Descrição Marca/Modelo:	R\$	R\$
05			Descrição Marca/Modelo:	R\$	R\$
06			Descrição Marca/Modelo:	R\$	R\$

A presente proposta é válida por **60 (sessenta) dias**, a contar de sua apresentação.

- a) Declaro, sob as penas da lei, que os serviços serão executados em conformidade com o Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- b) Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

**Nome do responsável:**

**Responsável que assinará o contrato/AF:**

**Cargo de quem assinará o contrato/AF:**

**CPF de quem assinará o contrato/AF:**

**Local e data:**

**Assinatura:**

\*\*\*\*Fim do modelo de proposta\*\*\*\*



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Luiz Silva, Subsecretário(a)**, em 11/11/2025, às 09:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3292036** e o código CRC **51FBA1A8**.

## TERMO DE REFERÊNCIA\_CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Certificar se objeto a ser contratado é bem de consumo, e não se enquadra como bem de luxo:

( ) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme Decreto Municipal 40915/24.

( ) Os itens se enquadram como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24

(X) Não se aplica, pois não se trata de bem de consumo.

### 2. Gestor e Fiscal:

Para gestão e fiscalização do contrato, sugerimos a indicação dos servidores abaixo, sendo que estes deverão ser devidamente designados pelo Sr(a) Secretário(a) conforme despacho desta autoridade:

Unidade gestora	COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CPDC	
Gestor:	Paula Checchia Ayres de Aguirra	CF: 69.180
Gestor suplente:	Marcia Maria Franco Guerra	CF: 76.005
Fiscal:	FERNANDA GONÇALVES DA SILVA ARAUJO	CF: 52.800
Fiscal suplente:	Eduardo Calahani Felicio	CF: 74.197

**\* Esta informação NÃO substitui o Despacho de Designação de Gestor e Fiscal, que deve ser devidamente formalizado e assinado pelos indicados,**

### 3. Condições de contratação

**3.1.** Prazos (de entrega, periodicidade de entrega, execução e vigência; se prorrogável):

- Não continuado, vigência de \_\_\_ meses/anos, sem prorrogação
- Continuado, vigência de 12 meses/anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração (art. 107 da Lei 14.133/21)
- Imediata: aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da assinatura do ajuste
- Contrato de escopo, com prazo de \_\_\_\_\_ meses/dias
- Outro, especificar:

A empresa Contratada deverá expedir e efetuar a entrega das Apólices de Seguro no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, a contar da assinatura do Contrato / Autorização de Serviço.

**3.2. Condições adicionais** para emissão de ordem de início:

- Não se aplica.
- Sim, especificar: \_\_\_\_\_

**3.3.** Local e condições de entrega ou execução:

As apólices deverão ser entregues diretamente na Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, localizada na Rua Sete de Setembro, 164 – Centro – Guarulhos / SP – CEP 07011-020, aos cuidados de Paula Aguirra ou Fernanda Gonçalves, no horário das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira.

**3.4.** Prazo e condições de garantia:

Não se aplica.

**3.5.** Condições e forma de pagamento (se diferente do padrão – 30 dias ou condições adicionais):

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento e ateste da Nota Fiscal pelo Gestor e Fiscal designados para o gerenciamento do Contrato. O valor será pago em parcela ÚNICA, de acordo com o estabelecido no contrato social.

**3.6.** Reajustamento:

- Conforme Decreto Municipal 23124/05
- Outro, especificar:

**3.7.** Prazo para substituição de produto ou refazimento de serviços (quando constatada irregularidade):

Não se aplica.

**4. Exigência de amostra, certificado de marca ou laudo técnico:**

( ) Sim, deverá ser exigida a amostra. Justificar:

Local de entrega da amostra:

Prazo para entrega da amostra:

Critérios para avaliação da amostra:

Responsável pelo recebimento da amostra:

(X) Não se aplica

**5. Exigências de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:**

**I - Apresentação de profissional:**

(x) Não deverá ser exigido

( ) Profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação - CAT

**II - Certidões ou atestados:**

( ) Não deverá ser exigido

( x ) regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo as parcelas de maior relevância ou valor significativo:

( ) Itens de maior relevância com seus quantitativos respeitadas os critérios da curva ABC:

(x) Sem itens de maior relevância

**III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento**

**adequados e disponíveis:**

para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

Não há necessidade de solicitar esta declaração

**IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial:**

não há nenhum requisito a ser exigido

Sim, descrever o documento a ser apresentado - AFE, SIF, etc:

**V - registro ou inscrição na entidade profissional competente:**

não se aplica

**Sim. - A licitante deverá possuir registro na Superintendência de Seguros Privado - SUSEP**

**6. Balanço Patrimonial, índices contábeis e capital social.**

Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei 14133/21 e índices usuais de mercado;

Não se aplica, conforme justificativa abaixo:

capital social, de acordo com a Lei 14133/21

**7. Vistoria ou Declaração de que é conhecedor das condições locais e de que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

7.1 - As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados.

7.1.1 - A vistoria deverá ser previamente agendados por intermédio do telefone (11) 2087-7624, com Paula Aguirra ou Marcia Guerra, na sede do PROCON Guarulhos, na Rua Sete de Setembro,164 - Centro de Guarulhos.

7.1.2 - A vistoria poderá ser realizada das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.2 - As vistorias poderão ser realizadas em até 24 (vinte e quatro) horas úteis antes da data agendada para a realização da licitação.

7.3 - Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

7.4 - O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

7.5 - Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando o documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

## **8. Classificação e disponibilidade orçamentária:**

Em observância aos princípios da legalidade e eficiência, informamos que as despesas estimadas para a presente contratação estão previstas na Lei Orçamentária Anual e alinhadas com as metas e objetivos estabelecidos pela Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor no Plano Plurianual 2022/2025.

A despesa correrá pela dotação orçamentária nº 3410.1412200472.158.01.1100000.339039.

## **9. Obrigações das parte:**

### **9.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

### **9.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.2.1 - Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, executando todas as medidas necessárias ao perfeito cumprimento das cláusulas

contratuais;

9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na execução do objeto;

9.2.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos;

9.2.6. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

9.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

9.2.11. Disponibilizar à contratante todos os meios de contato existentes, como: endereço completo, pessoa de contato, e-mail, telefone;

9.2.12. Emitir a apólice com base nas declarações da CONTRATANTE;

9.2.13. Entregar livro de Condições Gerais, bem como cartões e adesivos para cada veículo Segurado;

9.2.14. A Contratada deverá responder pelas demais causas legais que porventura não

foram relacionadas neste Termo de Referência, mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### **10. Penalidade:**

( x ) conforme padrão estabelecido pelo Departamento de Licitações e Contratos.

( ) conforme padrão estabelecido pelo Departamento de Licitações e Contratos e ainda:

#### **11. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):**

11.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/21 e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, ficam designadas pelo Senhor Coordenador do PROCON Guarulhos, as seguintes unidades gestoras e fiscais do presente Contrato:

Unidade Gestora: Divisão Técnica de Fiscalização das Relações de Consumo;

Unidade Fiscalizadora: Divisão Administrativa de Apoio às Relações de Consumo.

11.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.4. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para tratar de todos os assuntos pertinentes à execução do contrato.

11.5. Após assinatura do Contrato/Autorização de Fornecimento, a Contratada deverá imediatamente entrar em contato com a Divisão Técnica de Fiscalização das Relações de Consumo do Procon para fornecer telefone e e-mail por meio dos quais a Contratante poderá entrar em contato para tratar da gestão e fiscalização do contrato.

11.6. Toda e qualquer interação realizada pela gestão ou fiscalização do PROCON com a Contratada será sempre documentada nos autos do processo, de modo que haja rastreabilidade dos fatos ocorridos ao longo da vigência do contrato, inclusive para embasar eventuais aplicações de sanção.

11.7. Durante toda a execução do contrato, a fiscalização do Procon verificará junto à Contratada a manutenção de suas condições de habilitação, incluindo o exame da regularidade do recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

#### **12. Identificação do responsável pela elaboração das Considerações Técnicas anexas ao Termo de Referência (nome, CF, cargo)**

Paula Checchia Ayres de Aguirra

Código Funcional 69.180 -

Chefe de Divisão Técnica de Fiscalização das Relações de Consumo - CPDC00.02

paulaaguirra@guarulhos.sp.gov.br

Fone 11 2087-7624

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Junior Hora, Coordenador (a)**, em 19/08/2025, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Franco Guerra, Assistente de Gestão Pública**, em 19/08/2025, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Checchia Ayres de Aguirra, Chefe de Divisão Técnica**, em 19/08/2025, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2398001** e o código CRC **97286E31**.

**TERMO DE REFERÊNCIA\_CONTRATAÇÃO**

**1. Fundamento**

O presente Termo de Referência fundamenta-se no **Estudo Técnico Preliminar nº 005/2025-CPDC**, o qual, após análise de critérios financeiros, operacionais e gerenciais, estabeleceu a melhor solução de mercado para atender as necessidades da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor.

**2. Objeto:**

Contratação de empresa prestadora de serviços de seguro para 06 (seis) veículos oficiais da COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON do município de Guarulhos-SP

**3. Justificativa da necessidade da contratação**

A solicitação de contratação de companhia seguradora justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para a frota de veículos de propriedade deste PROCON, uma vez que estes circulam constantemente

em vias de tráfego intenso, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores que prestam serviços à instituição.

Com isso, busca-se resguardar o patrimônio público contra eventuais danos aos quais os veículos estão sob riscos constantes, bem como evitar que o Órgão seja obrigado a cobrir custos com

indenizações por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa a contratação. Por este motivo, solicitamos a prestação dos serviços.

Cabe ressaltar que **a contratação do seguro é extremamente necessária para garantir a proteção dos veículos oficiais deste órgão contra furtos, vandalismos e outros danos que possam ocorrer,**

**principalmente considerando que as viaturas são diariamente utilizadas em ações de fiscalização realizadas em todo o município de Guarulhos.**

#### 4. Quantidade:

A presente contratação considera o número exato veículos oficiais atualmente lotados na Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor (seis unidades), conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT/CATSERV
01	serviço	01	Contratação de Seguro do veículo <b>FORD/F250 XLT W21</b> , ano/modelo 2010/2011, placa DMN 4168, CHASSI 9BFHW21C0BB078362. Casco 100% da Tabela FIPE, vidros, pelo período de um ano, com os seguintes valores de mercado: Danos Materiais: R\$ 100.000,00; Danos Corporais: 100.000,00; Danos Morais: R\$ 10.000,00; APP Morte por ocupante: R\$ 10.000,00; APP Invalidez Permanente por ocupante: R\$ 10.000,00; Despesas Médicas Hospitalares por ocupante: R\$ 10.000,00; Assistência 24 horas com guincho com o mínimo de até 200 km; Pane Seca; Lanternas; Faróis; Retrovisores; Chaveiro; Para-Brisa dianteiro; Para-Brisa Traseiro; Vidros Laterais.	22764
02	serviço	01	Contratação de Seguro do veículo <b>RENAULT/KWID ZEN 10MT</b> , ano/modelo 2021/2022, placa FTQ 8B25, CHASSI 93YRBB007NJ008580. Casco 100% da Tabela FIPE, vidros, pelo período de um ano, com os seguintes valores de mercado: Danos Materiais: R\$ 100.000,00; Danos Corporais: 100.000,00; Danos Morais: R\$ 10.000,00; APP Morte por ocupante: R\$ 10.000,00; APP Invalidez Permanente por ocupante: R\$ 10.000,00; Despesas Médicas Hospitalares por ocupante: R\$ 10.000,00; Assistência 24 horas com guincho com o mínimo de até 200 km; Pane Seca; Lanternas; Faróis; Retrovisores; Chaveiro; Para-Brisa dianteiro; Para-Brisa Traseiro; Vidros Laterais.	22764
03	serviço	01	Contratação de Seguro do veículo <b>RENAULT/KWID ZEN 2</b> , ano/modelo 2025/2026, placa TKD6D93, CHASSI 93YRBB000TJ231718. Casco 100% da Tabela FIPE, vidros, pelo período de um ano, com os seguintes valores de mercado: Danos Materiais: R\$ 100.000,00; Danos Corporais: 100.000,00; Danos Morais: R\$ 10.000,00; APP Morte por ocupante: R\$ 10.000,00; APP Invalidez Permanente por ocupante: R\$ 10.000,00; Despesas Médicas Hospitalares por ocupante: R\$ 10.000,00, Assistência 24 horas com guincho com o mínimo de até 200 km; Pane Seca; Lanternas; Faróis; Retrovisores; Chaveiro; Para-Brisa dianteiro; Para-Brisa Traseiro; Vidros Laterais.	22764

04	serviço	01	Contratação de Seguro do veículo RENAULT/KWID ZEN 2, ano/modelo 2025/2026, placa TKE5G54, CHASSI 93YRBB000TJ231721. Casco 100% da Tabela FIPE, vidros, pelo período de um ano, com os seguintes valores de mercado: Danos Materiais: R\$ 100.000,00; Danos Corporais: 100.000,00; Danos Morais: R\$ 10.000,00; APP Morte por ocupante: R\$ 10.000,00; APP Invalidez Permanente por ocupante: R\$ 10.000,00; Despesas Médicas Hospitalares por ocupante: R\$ 10.000,00; Assistência 24 horas com guincho com o mínimo de até 200 km; Pane Seca; Lanternas; Faróis; Retrovisores; Chaveiro; Para-Brisa dianteiro; Para-Brisa Traseiro; Vidros Laterais.	22764
05	serviço	01	Contratação de Seguro do veículo <b>RENAULT/KWID ZEN 2</b> , ano/modelo 2025/2026, placa TJH0G05, CHASSI 93YRBB001TJ230934. Casco 100% da Tabela FIPE, vidros, pelo período de um ano, com os seguintes valores de mercado: Danos Materiais: R\$ 100.000,00; Danos Corporais: 100.000,00; Danos Morais: R\$ 10.000,00; APP Morte por ocupante: R\$ 10.000,00; APP Invalidez Permanente por ocupante: R\$ 10.000,00; Despesas Médicas Hospitalares por ocupante: R\$ 10.000,00; Assistência 24 horas com guincho com o mínimo de até 200 km; Pane Seca; Lanternas; Faróis; Retrovisores; Chaveiro; Para-Brisa dianteiro; Para-Brisa Traseiro; Vidros Laterais.	22764
06	serviço	01	Contratação de Seguro do veículo <b>RENAULT/MASTER FUR L3H2</b> , ano/modelo 2019/2020, placa GAY2J68, CHASSI 93YMAF4XELJ064263. Casco 100% da Tabela FIPE, vidros, pelo período de um ano, com os seguintes valores de mercado: Danos Materiais: R\$ 100.000,00; Danos Corporais: 100.000,00; Danos Morais: R\$ 10.000,00; APP Morte por ocupante: R\$ 10.000,00; APP Invalidez Permanente por ocupante: R\$ 10.000,00; Despesas Médicas Hospitalares por ocupante: R\$ 10.000,00; Assistência 24 horas com guincho com o mínimo de até 200 km; Pane Seca; Lanternas; Faróis; Retrovisores; Chaveiro; Para-Brisa dianteiro; Para-Brisa Traseiro; Vidros Laterais.	22764

Riscos cobertos (seguro total):

O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do veículo, indicada pela licitante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os

vidros;

- colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- raio e suas consequências;
- incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- ganizo;
- danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- responsabilidade civil facultativa (RCF - Danos Pessoais);
- acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- danos a vidros, retrovisores, lanternas e faróis;
- cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
  - a) socorro mecânico em caso de pane ou acidente, com conserto do veículo quando possível;
  - b) chaveiro;
  - c) transporte dos passageiros por imobilização do veículo segurado;
  - d) transporte dos passageiros por roubo ou furto do veículo.

## **5. Especificação do objeto**

O presente processo tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de seguros para 06 (seis) veículos oficiais da COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON do município de Guarulhos-SP, visando garantir a cobertura de riscos relacionados à utilização dos veículos, incluindo, mas não se limitando, a danos materiais, danos corporais, roubo, furto, incêndio, e outras situações previstas na apólice contratada.

**6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:**

Sim, conforme ANEXO.

Não se aplica

**7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia**

Empreitada por preço global

Empreitada por preço unitário

Tarefa

Empreitada integral

Contratação integrada

Contratação semi-integrada

Fornecimento e prestação de serviço associado

Não se aplica

**8. Classificação do objeto:**

**bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

**bens e serviços especiais**: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

**serviço comum de engenharia**: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

**serviço especial de engenharia**: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

**serviços e fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

**serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

**serviços não contínuos ou contratados por escopo**: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

**serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

**notória especialização**: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

**outros (especificar)**

\_\_\_\_\_

#### **9. Participação de Consórcios e/ou Cooperativas:**

Permitida

Vedada. Justificar: informamos que as cooperativas não possuem fiscalização da SUSEP, o que pode gerar riscos em caso de problemas com a cooperativa, como falência ou má gestão. Além disso, as coberturas oferecidas pelas cooperativas geralmente são limitadas e mais restritas do que as oferecidas pelas seguradoras. Finalmente, em caso de sinistro, pode haver dificuldades em acionar a justiça caso a cooperativa não cumpra com suas obrigações.

#### **10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)**

Marcia Maria Franco Guerra

Código Funcional 76.005 - Assistente de Gestão Pública da Divisão Técnica de Fiscalização das Relações de Consumo - CPDC00.02

marciaguerra@guarulhos.sp.gov.br

Fone 11 2087-7624

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Junior Hora, Coordenador (a)**, em 19/08/2025, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Franco Guerra, Assistente de Gestão Pública**, em 19/08/2025, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Checchia Ayres de Aguirra, Chefe de Divisão Técnica**, em 19/08/2025, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2389859** e o código CRC **84CC86C7**.